

Alerta Legislação nº 16, de 18 a 23 abr. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
22/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 8.716, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o programa de prevenção e proteção individual de gestantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contra o <i>Aedes aegypti</i>.</p>
20/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 8.715, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia.</p>
19/04/2016	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Acrescenta § 25 ao art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento.</p> <p><u>DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve CONCEDER a Insígnia de Bandeira da Ordem do Mérito Militar às seguintes Organizações Militares e Instituições brasileiras: (...)</p>
18/04/2016	<p><u>LEI Nº 13.272, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.</p> <p><u>LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.714, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Estatuto da Cruz Vermelha Brasileira.</p>

<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 715, de 1º de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 2, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 316.230.970,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 20 de abril de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 714, de 1º de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 2, do mesmo mês e ano, que "Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 20 de abril de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 2, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 20 de abril de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 38, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Encerra a aplicação do compromisso de preços para as empresas</p>

	<p>Natiprol Lianyungang Corporation, TTCA Co. Ltd., Weifang Ensign Industry Co. Ltd. e Wenda Co. Ltd.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 37, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Aplica direito <i>antidumping</i> definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de éter monobutílico dotilenoglicol (EBMEG), originárias da Alemanha.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 36, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Aplica medida compensatória definitiva, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de filmes de PET, originárias da Índia.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o modelo operacional e as condições para a desestatização, mediante a concessão do trecho rodoviário que especifica, a ser implementada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 31, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, Projeto de Instrução Normativa Conjunta, que modifica a Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 21/12/2015, a qual regulamenta o uso de brometo de metila no Brasil exclusivamente em tratamento fitossanitário com fins quarentenários nas operações de importação e de exportação, na forma do Anexo II da presente Portaria. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Alterar os arts. 25, 26, 27 e 49, da Instrução Normativa SDA nº 34, de 6 de novembro de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 25. Após a análise documental e a fiscalização de que tratam os incisos I e II, do art. 23, desta Instrução Normativa, o SVA ou a UVAGRO notificará o exportador quanto a não-conformidades identificadas mediante registro de ocorrência e autorizará ou proibirá o embarque, conforme o caso, mediante deferimento ou indeferimento do Requerimento para Fiscalização de Produtos e Insumos Agropecuários no Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários - SIGVIG. (...)</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 127, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Posterga o prazo previsto para vigência do Sistema de Controle de Bilheteria da Instrução Normativa nº 123, de 22 de dezembro de (...) Art. 1º. O art. 16 da Instrução Normativa nº. 123, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 16. Os exibidores responsáveis deverão adequar seus sistemas e iniciar a transmissão dos dados nos seguintes prazos: I- até 28 de julho de 2016, no caso das redes exibidoras com mais de 20 (vinte) salas;</p>

	<p>II-até 28 de setembro de 2016, no caso das demais redes exibidoras. (...)</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2/MD, DE 31 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o valor da etapa comum de alimentação dos militares das Forças Armadas em todo o território nacional.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2/CERIMONIAL/GM - MD, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Conceder a Medalha da Vitória, às personalidades civis e militares a seguir relacionadas: (...)</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) →→ Tribunal Marítimo <u>PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016 (*)</u> Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM). (*) Portaria publicada originariamente no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2016 e republicada por força do disposto no art. 4º, da Lei 11.419/06.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 300, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Define critérios e procedimentos para a recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais digitais abertos ou gratuitos voltados para educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação.</p> <p><u>PORTARIA Nº 245, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam remanejados, das Instituições Federais de Ensino - Ifes que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPECT para o Ministério da Educação - MEC, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes no Anexo I. (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 243, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> Autoriza o FNDE a prestar assistência financeira para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 9, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Divulgar a relação das obras aprovadas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, conforme Edital de Convocação 02/2015 - CGPLI - Edital de Convocação para o Processo de Inscrição</p>

	<p>e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2017. (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2016</u> (...)</p> <p>Art. 1º Divulgar a relação dos periódicos selecionados no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola, conforme Edital de Convocação 03/2015 - CGPLI -para o Processo de Inscrição e Avaliação de Periódicos para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE Periódicos 2016 - 2018. (...)</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) <u>PORTARIA Nº 10, DE 19 DE ABRIL 2016</u> Resultado final da seleção das experiências agraciadas com a concessão da Medalha Paulo Freire instituída pelo Decreto nº 6.093, de 24 de setembro de 2007.</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR <u>PORTARIA Nº 122, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> (...)</p> <p>Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006. (...)</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 23, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Fundo Soberano do Brasil (FSB), referentes ao 2º semestre de 2015.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 8, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) DESPACHO DO SECRETÁRIO Aprovo o presente Parecer Normativo. JORGE ANTONIO DEHER RACHID ANEXO <u>PARECER NORMATIVO Nº 1, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Assunto: Contribuição Previdenciária CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Recolhimento durante os períodos de licenças e afastamentos sem vencimentos. Base de cálculo e incidência de juros e multas.</p> <p>SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO (SEAE) <u>PORTARIA Nº 24, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Altera regulamento de modalidades lotéricas de prognósticos numéricos, denominadas Lotomania, Dupla-Sena e Quina, e dá outras</p>

	<p>providências.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 480, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Paresi a Terra Indígena ESTAÇÃO PARECIS com superfície aproximada de 2.170 ha (dois mil cento e setenta hectares) (...) <u>PORTARIA Nº 477, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 532, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova a "Carta de Serviços ao Cidadão".</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 800, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Deduz, remaneja e incorpora recursos do limite financeiro anual de média e alta complexidade do Estado e Municípios de São Paulo.</p> <p><u>PORTARIA Nº 780, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde.</p> <p><u>PORTARIA Nº 779, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema de Registro de Atendimento às Crianças com Microcefalia.</p> <p><u>PORTARIA Nº 761, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o Plano Anual de Atividades do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (PAA/DENASUS).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Autorização e Registro Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 988, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, dos produtos implantáveis nacionais listados abaixo, fabricados pela empresa LIMA CORPORATE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ: 07.372.557/0001-00). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 987, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a SUSPENSÃO DA IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO do produto IMPLANTE MAMÁRIO, TIPO 4,</p>

TEXTURIZADO, MARCA ARION, registrado na ANVISA pela empresa IMACT IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ de n.º 03.400.037/0001-03, sob o de n.º 80165560006.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 986, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, de todos os equipamentos ASPIRADOR CIRÚRGICO ASPIRATEX, fabricados pela empresa INALAMED HOSPITALAR LTDA - ME (CNPJ: 23.478.737/0001-10).

RESOLUÇÃO-RE Nº 985, DE 15 DE ABRIL DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização, uso e divulgação por meio do endereço eletrônico (<http://www.inalamed.com.br/>), em todo o território nacional, de todos os equipamentos ASPIRADOR CIRÚRGICO ASPIRATEX, fabricados pela empresa INALAMED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (CNPJ: 10.249.145/0001-84).

(...)

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

RESOLUÇÃO-RE Nº 990, DE 18 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, importação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, de produto denominado MTA REPAIR HP, fabricado ou importado pela empresa ANGELUS INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS S/A (CNPJ: 00.257.992/0001-37).

(...)

→ **Diretoria de Regulação Sanitária**

RESOLUÇÃO- RE Nº 939, DE 14 DE ABRIL DE 2016(*)

(...)

Art. 1º Declarar o cancelamento de registro ou cadastramento de produtos para a saúde/material de uso médico a pedido da empresa sob os números de processos/números de registro/cadastro constantes do anexo desta Resolução.

(...)

RESOLUÇÃO- RE Nº 938, DE 14 DE ABRIL DE 2016(*)

(...)

Art. 1º Declarar a caducidade dos registros ou cadastros de produtos para a saúde, abrangendo registros ou cadastros vencidos, nos termos da Lei 6.360/76, sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução.

() Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.*

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA Nº 404, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Inclui, altera e exclui procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

SECRETARIA EXECUTIVA (SE)

	<p><u>PORTARIA Nº 329, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) → Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) →→ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) →→→ Divisão de Atos Internacionais (DAI)</p> <p><u>MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA</u></p> <p><u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE OS MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA COOPERAÇÃO NA ÁREA DE MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA</u></p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 712, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Revoga a Resolução Normativa nº 333, de 7 de outubro de 2008, que estabelece critérios e procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta entre a ANEEL e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 711, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. Aprova a nova versão do Submódulo 4.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos Demais Componentes Financeiros. Revoga a Resolução Normativa nº 508, de 4 de setembro de 2012.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 710, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas de que trata a Portaria MME nº 15, de 20 de janeiro de 2016, que reconheceu a necessidade de contratação emergencial, de forma excepcional pelo período de cento e oitenta dias, de geração termelétrica no montante de 155 MW nos locais das atuais usinas de Flores (80 MW), Iranduba (25 MW) e São José (50 MW), na região metropolitana de Manaus, Estado do Amazonas, assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoelétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A..</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento</p>	<p>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>CIRCULAR Nº 23, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u></p>

<p>o, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>(...) 1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório. (...)</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º trimestre - exercício de 2016.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a recomendação de que o governo federal encaminhe os atos necessários à recomposição do orçamento da Lei Orçamentária Anual destinada à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2015.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB) <u>RESOLUÇÃO Nº 32, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Aplica índice de reajuste de 4,5% aos preços florestais dos contratos de concessão vigentes para o período 2015/ 2016</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 118, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica instituída a Comissão Interna de Acompanhamento de Gastos com Custeio Administrativo no Poder Executivo federal, com o objetivo de: (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 112, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 222.956.278,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Previdência Social</p>	<p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 805, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a Resolução nº 788, de 27 de outubro de 2015, que estabelece normas para parcelamento especial de débitos de contribuições devidas ao FGTS.</p>
<p>Ministério do</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p>

<p>Turismo (MTur)</p>	<p><u>PORTARIA Nº 122, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Dá nova redação ao art. 92 da Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.</p>
<p>Ministério Público da União (MPU)</p>	<p>ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA <u>ATO CONJUNTO Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, de 26/9/2014, que regulamenta a Lei nº 13.024, de 26/8/2014, e fixa diretrizes aos Conselhos Superiores dos ramos do Ministério Público da União, para uniformizar os atos decorrentes deste ato conjunto.</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) <u>RESOLUÇÃO Nº 493, 7 DE ABRIL DE 2016</u> "Dispõe sobre perícia em Fonoaudiologia e dá outras providências". <u>RESOLUÇÃO Nº 491, DE 6 DE ABRIL DE 2015</u> Dispõe sobre a regulamentação da elaboração e do uso de testes neuropsicológicos por fonoaudiólogos, e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>21/04/2016</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.286, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça do Quadro do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, altera a Lei Complementar nº 1.120, de 29 de junho de 2010, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 61.935, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o anexo II, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 61.934, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a publicação de informações relativas à concessão de diárias e emissão de passagens aéreas no Portal da Transparência Estadual</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>

<p>Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 65, DE 18-4-2016</u> Classifica o cargo de comando destinado ao Núcleo de Apoio Escolar, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária, da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", e dá providências correlatas</p>
<p>Desenvolvimento o Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Unidade de Ensino Médio e Técnico <u>PORTARIA CETEC-923, DE 11-04-2016</u> Regulamenta os procedimentos de pontuação, classificação docente e atribuição de aulas, conforme fixado na Deliberação CEETEPS 23, de 17-09-2015</p>
<p>Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDPCD 06, DE 19-04-2016</u> Processo SEDPCd 55717/2010 - Altera a Resolução SEDPCd 1/2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento da Comissão de Avaliação das Organizações Sociais de Atendimento ou Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 43, DE 18-04-2016</u> Cria funções e introduz alterações nos Anexos das Resoluções SF nos 54, 55 e 56, de 23-10-2008, e Resolução SF nº 62 de 11-11-2008, e alterações posteriores, que dispõem respectivamente sobre o Prêmio de Produtividade - PP, o "Pró-labore", a Participação nos Resultados - PR, e a classificação das funções "Pró-labore" de Agente Fiscal de Rendas</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
<p>Habitação (SH)</p>	<p>CONSELHO GESTOR DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CFGPHIS) <u>DELIBERAÇÃO NORMATIVA CGFPHIS-17, DE 13-04-2016</u> Aprova os critérios de priorização e as cotas especiais dos candidatos ao Programa Minha Casa Minha Vida, inserido no Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, com participação de recursos estaduais</p>

<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 42, DE 19-4-2016</u> Estabelece a atuação, como Agentes Técnicos do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Cofehidro, das unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, e cria o Balcão Único</p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA - 41, DE 19-4-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação do Parque Estadual Águas da Prata, localizado na Estância Hidromineral de Águas da Prata/SP</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 36, DE 20-4-2016</u> Prorroga o prazo de duração do Programa de Incentivo aos municípios para adesão à campanha "Todos juntos contra o Aedes aegypti"</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 35 DE 18-4-2016</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 34 DE 18-4-2016</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.192, 19-4-2016</u> Dispõe sobre Programa de Bolsas para Professores Visitantes</p> <p><u>RESOLUÇÃO USP-7.191, DE 15-4-2016</u> Disciplina a realização de eventos de caráter festivo no Campus USP "Fernando Costa"</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 20-4-2016</u> Dispõe sobre a atuação de Defensores Públicos da Capital, Região Metropolitana e Interior, nas audiências de custódia, a serem realizadas na Capital e na Região Metropolitana, e abre vagas para atuação de Defensores Públicos;</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>

<p>21/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 2016</u> Acrescenta à Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994, que estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo, o artigo 11-A, que dispõe sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento. DOE, Legislativo, 21/04/2016, p. 8</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2016</u> Autoriza a criação de centros de terapia ocupacional no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 21/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 339, DE 2016</u> Dispõe sobre o fornecimento de leite em pó para filhos de portadores do vírus HIV. DOE, Legislativo, 21/04/2016, p. 8</p>
<p>20/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 2016</u> Acrescenta § 2º ao artigo 184 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), e renumera o parágrafo único do mesmo artigo. DOE, Legislativo, 20/04/2016, p. 10</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 340, DE 2016</u> Dispõe sobre o fornecimento de leite em pó para filhos de portadores do vírus HIV. DOE, Legislativo, 20/04/2016, p. 10</p>
<p>19/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 338, DE 2016</u> Dispõe sobre a distribuição dos cargos das carreiras policiais civis pertencentes à lotação da Delegacia Geral de Polícia DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 337, DE 2016</u> Dispõe sobre os produtos essenciais e disciplina regras e prazos para o caso de vício em tais, no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 336, DE 2016</u> Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte e dá outras providências. DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 335, DE 2016</u> Altera a redação do inciso I do artigo 2º da Lei nº 5.380, de 22 de outubro de 1986, que dispõe sobre a outorga do "Prêmio Governador do Estado", destinado às artes, à ciência e à tecnologia. DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2016</u></p>

	<p>Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que institui o Programa de Ação Cultural - PAC. DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 333, DE 2016</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Limeira. DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 332, DE 2016</u> Institui o "Programa de Ação Comunitária, Educação e Prevenção às Drogas no âmbito das Guardas Cíveis Municipais do Estado de São Paulo". DOE, Legislativo, 19/04/2016, p. 9</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/04/2016	<p><u>LEI Nº 16.427, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 234/14, DO EXECUTIVO) Introduz alterações na Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.</p> <p><u>DECRETO Nº 56.942, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o § 2º do artigo 7º do Decreto nº 56.059, de 13 de abril de 2015, que estabeleceu novos procedimentos para a expedição do Alvará de Licença para Residências Unifamiliares no âmbito do Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções – SLC.</p>
19/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 56.941, DE 18 DE ABRIL DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 15.723, de 24 de abril de 2013, no tocante à instalação e o funcionamento de heliportos e helipontos no Município de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107